

hídricos, e complementando que nesta reunião tratou-se ainda do enquadramento transitório, onde foi dada uma direção de como o mesmo deveria ser tratado em cada estado, ponderando que a próxima reunião do Fórum Nacional dos Órgãos Gestores da Água ocorrerá nos dias 06 e 07 de novembro, dentro do XIV ENCOB. Colocou aos conselheiros que também nos dias 20 e 21 de agosto ocorreu aqui em Cuiabá a reunião do Fórum Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica onde se definiu a base científica e a grade de programação do XIV ENCOB, ocorrendo dentro desta reunião também a reunião do REBOB, onde foi definida a participação internacional no evento. O Secretario Executivo agradeceu a presença dos conselheiros Telma Monteiro, Vera Lopes, Décio Siebert, Alessandra Panizi e Lilian Apoitia no lançamento oficial do XIV ENCOB, ponderando que este é um evento importante para o Estado de Mato Grosso e a integração dos entes que compõem o Sistema Estadual de Recursos Hídricos neste evento, inclusive para fortalecer a gestão destes recursos no estado. Colocou ainda aos conselheiros que nos dias 04 e 05 de novembro ocorrerá o Encontro do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, onde os integrantes deste sistema irão discutir a gestão dos recursos hídricos no Estado, sendo fundamental a participação dos conselheiros para que a visão do CEHIDRO também possa ser contemplada nesta discussão. Colocou que a Secretaria Executiva sugere que este Encontro seja considerado como uma Reunião Extraordinária do CEHIDRO, ao que os conselheiros sugeriram que esta discussão seja realizada ao final da reunião. Dando continuidade aos informes, o Secretario Executivo colocou que o TAC entre a SEMA, o Ministério Público e a CAB para as questões de enquadramento transitório já foi encaminhada à SEMA e à CAB para análise e sugestões, faltando apenas a prefeitura de Cuiabá ser integrada ao processo. Informou aos conselheiros que a Minuta de Revisão da lei nº 6.945/97 já foi encaminhada a Subprocuradoria de Defesa do Meio Ambiente, porém como houve a substituição dos procuradores, o Presidente do CEHIDRO solicitou que fosse feita uma justificativa da necessidade de alteração da lei, a qual esta sendo elaborada pela Secretaria Executiva e será encaminhada até o fim da semana. Colocou aos conselheiros que as duas Câmaras Técnicas do CEHIDRO que tem se reunido são a Câmara Técnica de Gestão Participativa, onde estão sendo apreciadas as propostas de criação dos Comitês de Bacia Estaduais e também a revisão da Resolução CEHIDRO nº 04/2006, que trata dos procedimentos para a criação de comitês de bacia, e a Câmara Técnica de Integração CEHIDRO – CONSEMA, onde esta sendo desenvolvido um trabalho interessante e esta sendo desenvolvida uma

69 minuta de resolução para a regulamentação dos barramentos no Estado. O Secretario
70 Executivo pediu a participação como patrocinadores às empresas que compõem o
71 CEHIDRO, ao que o Presidente colocou ser de fundamental importância para o evento.
72 O conselheiro Rodrigo Araujo questionou quantas pessoas estão previstas, ao que o
73 Secretario Executivo respondeu que o ultimo ENCOB teve um publico flutuante de
74 1800 pessoas, sendo que ocorre um aumento de 200 participantes em media a cada
75 edição do ENCOB, sendo esperado um público fixo de 1500 participantes. O
76 Presidente colocou que o XIV ENCOB terá uma particularidade, dentro dele ocorrerá
77 um encontro visando integrar a gestão de recursos hídricos dos países da América
78 Latina, e outro do Ministério Público. Ponderou que este evento é uma grande
79 oportunidade de negócios, destacando que o Mato grosso é um grande exportador de
80 água e um estado forte economicamente nos negócios, colocando ainda que este ano
81 já foram liberadas licenças de operação de 1800 novos empreendimentos e mais de
82 4000 cadastros de agropecuárias. Colocou que este evento nacional e internacional vai
83 discutir os temas ligados a recursos hídricos e é um momento impar para mostrar a
84 atuação das empresas, ponderando que não seria dar dinheiro ao governo porque
85 existe um núcleo executivo que vai administrar a parte financeira e o recurso não será
86 destinado a conta única do estado. Colocou que o setor energético vai participar,
87 porém existem varias outras empresas que ainda não estão participando e poderão
88 perder esta oportunidade única de fazer contatos empresariais, complementando que a
89 parte acadêmica do evento é ótima e importante, porém não podemos abrir mão da
90 parte empresarial. O Secretario Executivo complementou que os empreendimentos
91 que quiserem expor seu produto terão a oportunidade de fazê-lo através dos stands. O
92 Presidente colocou que durante a Rio + 20 percebeu que estamos começando a tratar
93 de sustentabilidade, porém acima disso é importante esta integração e parceria entre o
94 Estado e a iniciativa privada. O Presidente pediu então licença aos conselheiros para
95 se ausentar, colocando que a SEMA mais uma vez encontra-se na mídia pela falta de
96 recursos e ponderou que este problema realmente existe, porém estamos buscando
97 maximizar os recursos humanos para atender a demanda, colocando que necessita se
98 ausentar devido a convocação do Governador para uma reunião que irá tratar da ação
99 que o Ministério Publico impetrou contra o Governo para a devolução de recursos para
100 a SEMA, passando a condução da reunião ao Secretario Executivo. O Secretario
101 Executivo colocou que as inscrições estão abertas através do site www.encob.org, ao
102 que a conselheira Alessandra Panizi questionou se os conselheiros irão ganhar a

inscrição, sendo respondida pelo Secretario Executivo que as inscrições são gratuitas, sendo este um diferencial do evento e a explicação do porque da necessidade de patrocínio. O Secretario Executivo passou a palavra para a Sra. Carla Renata, Assessora do Dr. Luiz Alberto Scaloppe. A Dra. Carla Renata colocou que o Dr. Scaloppe não pode comparecer a reunião pois foi convocado a participar da reunião do Conselho Superior, colocando que o Ministério Público sabe das fragilidades dos comitês de bacia o que dificulta a implementação da cobrança e outras questões. Colocou ainda que em conversa com o Luiz Noquelli e a Leonice Lotufo foi definido que o Ministério Público iria dar o pontapé inicial para a formação dos comitês. Em seguida o Dr. Scaloppe e a Sra. Leonice percorreram Sorriso, Sinop, Alta Floresta, Juína, Rondonópolis, Jauru, Cáceres e Alto Araguaia, onde foram feitas reuniões e criadas 8 comissões pró comitê, as quais estão trabalhando para a criação dos comitês de bacia da sua região em suas reuniões, as quais eram definidas como prioritárias no Plano Estadual de Recursos Hídricos. Complementou que toda a documentação produzida foi encaminhada para o Procurador Geral para entregar ao Secretario de Meio Ambiente. O Secretario Executivo enfatizou que a parceria do Ministério Público foi fundamental para esta articulação, porém para o Ministério Público é mais fácil reunir pessoas pois o mesmo convoca enquanto a SEMA convida, o que é um grande diferencial para se ter o publico desejado. A Secretaria do CEHIDRO esclareceu que nestas reuniões foi fomentada a criação de comitês, onde um grupo de pessoas elabora a documentação necessária para o envio da proposta de criação do comitê de bacia, a qual será analisada pela CTGPar e caso aprovada encaminhada ao pleno do CEHIDRO, onde se aprova ou não a proposta de criação do comitê daquela bacia hidrográfica e se institui a comissão pró comitê. O conselheiro Luiz Airton questionou como tem sido a acolhida da sociedade nestas reuniões, ao que a Dra. Carla Renata colocou que tem sido boa, contando inclusive com representantes das prefeituras, indústrias, serviços de saneamento e outros usuários. O conselheiro Luiz Airton colocou que esta iniciativa é importante porque o Mato Grosso não tem problemas de escassez de água, porém vários locais já tem sua qualidade prejudicada. A conselheira Alessandra Panizi colocou que a FIEMT tem interesse em participar desta mobilização e fazer sua parte, ponderando que não recebeu informações sobre este andamento e que a indústria é um importante integrante dos comitês e a FIEMT poderia facilitar a mobilização nas regiões, ao que a Dra. Carla colocou que os usuários tem participado das reuniões, ponderando que não possui a listagem das empresas que

compareceram mas que as indústrias foram sim convidadas e comunicadas. O Secretario Executivo colocou que parceiros sempre são importantes e a participação dos usuários é uma forma de fortalecer os comitês e divulgar e fortalecer a política de recursos hídricos. A conselheira Alessandra Panizi colocou que sabe o trabalho que é feito para o fortalecimento dos comitês e que o Ministério Público é um suporte importante, só que é importante fortalecer o sistema como um todo, inclusive o CEHIDRO, e o Ministério Público é importante para isto. O Secretario Executivo passou a palavra a Secretaria do CEHIDRO, que informou aos conselheiros que o conselheiro Décio Siebert não pode comparecer a reunião porém enviou uma apresentação sobre a cobrança pelo uso da água em PCHs, com dados que ele obteve em uma reunião no CBH PCJ, e também com o intuito de colocar aos conselheiros que, contrariando uma informação apresentada pela conselheira Alessandra Panizi em discussão anterior, é possível se estabelecer a cobrança em PCHs. A Secretaria do CEHIDRO leu aos conselheiros a apresentação, onde foi colocada a base legal e conceitual para a cobrança, bem como a forma de aplicação e cálculo da mesma no CBH Araguari e no CBH Paraíba do Sul. A conselheira Alessandra Panizi ponderou que pela apresentação somente o CEIVAP está com a cobrança a PCHs implementada, os outros se encontram somente em discussão, complementando que estas discussões já são antigas. O conselheiro André Santos ponderou que se estas discussões são antigas deve-se verificar se não existem processos judiciais envolvendo a mesma. O conselheiro Nicélio da Silva questionou se esta sendo dado um tratamento diferenciado quanto a cobrança à quem produz comida e à quem produz commodities, já que existe uma preocupação com a venda de água virtual, especialmente na agricultura, ao que o Secretario Executivo respondeu que não tem conhecimento, porém sabe que a agricultura é isenta de cobrança em alguns estados e se comprometeu a verificar. Dando continuidade o Secretario Executivo passou a apreciação da Minuta de Resolução nº 47, que aprova a proposta de criação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Vale da Margem Esquerda do Rio Cuiabá, e procedeu a leitura da Minuta. A conselheira Alessandra Panizi questionou porque vale da margem esquerda do Rio Cuiabá, ao que a Secretaria do CEHIDRO respondeu que é devido ao rio Cuiabá ser um rio de domínio da União, cabendo somente a ANA e ao CNRH criar um comitê do mesmo, sendo a solução para a criação de um comitê estadual limitar-se aos afluentes de uma das margens do rio Cuiabá, no caso a margem esquerda. O conselheiro Luiz Airton sugeriu que o nome fosse afluentes da margem esquerda do rio

171 Cuiabá, ponderando ainda que o melhor seria criar um Comitê do Alto Rio Cuiabá, ao
172 que a Secretaria do CEHIDRO ponderou que não seria possível criar um Comitê do
173 Alto rio Cuiabá porque isto contrariaria a dominialidade das águas do rio Cuiabá. A
174 conselheira Alessandra Panizi ponderou que criar o comitê é sempre bom, o ideal é se
175 criar um mais abrangente, porém se for muito grande o comitê pode não ser funcional
176 também. O conselheiro Nicélio da Silva sugeriu que o nome ficasse Comitê dos
177 Afluentes do Rio Cuiabá, pois assim abrangeria também a outra margem, ao que a
178 Secretaria do CEHIDRO ponderou que o estudo apresentado foi baseado somente na
179 margem esquerda, e se aumentando a área de abrangência seria um comitê diferente
180 do proposto, sendo necessário novos estudos, não sendo aconselhável esta ser uma
181 decisão do CEHIDRO sem se ter um posicionamento das pessoas que apresentaram a
182 proposta. O conselheiro Rodrigo Araujo sugeriu que se incluíssem na resolução, onde
183 estão os membros da Comissão pró Comitê, elencar também as instituições que os
184 mesmos representam, o que foi aprovado pelos conselheiros presentes. A Secretaria
185 do CEHIDRO informou aos conselheiros que na próxima reunião será feita uma
186 apresentação do diagnóstico da área de abrangência deste comitê. O Secretario
187 Executivo colocou em votação a Minuta de Resolução nº 47, que aprova a proposta de
188 criação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Vale da Margem Esquerda do Rio Cuiabá,
189 a qual foi aprovada pelos conselheiros presentes. O Secretario Executivo passou para
190 a apreciação da Resolução nº 55/2012 do CONSEMA, que dispõe sobre as condições
191 e padrões de lançamento de efluentes tratados oriundos de estação de Tratamento de
192 Esgoto Doméstico em galeria de águas pluvial no âmbito do estado de Mato Grosso,
193 ponderando que a mesma foi elaborada inicialmente para atender condomínios, porém
194 foi ampliada. O conselheiro Luiz Airton questionou se iremos votar a aprovação da
195 mesma, ao que a Secretaria do CEHIDRO respondeu que não, esta sendo
196 apresentada aos conselheiros pois é um tema que esta ligado a gestão de recursos
197 hídricos. O conselheiro Joilson Silva colocou que o CEHIDRO deve se manifestar por
198 sequer foi consultado durante a elaboração e apreciação desta resolução. A
199 conselheira Alessandra Panizi colocou que se deve conhecer bem esta resolução, pois
200 a mesma é muito técnica, e sugeriu que fosse formado um grupo para discuti-la e
201 apresenta-la aos conselheiros. O conselheiro Luiz Airton ponderou que esta resolução
202 somente adia a solução do problema. O conselheiro Leopoldo de Castro colocou que
203 esta questão é temporária em Cuiabá, pois a CAB pretende em 10 anos solucionar
204 este problema, o que inclusive esta previsto no contrato de prestação de serviço. O

205 conselheiro Airton colocou que o efluente das fossas irá diretamente para o rio Cuiabá,
206 ao que o conselheiro Leopoldo de Castro ponderou que a Resolução prevê tratamento
207 dos efluentes, destacando que as fossas sépticas serão objeto de outro processo. O
208 Secretario Executivo colocou que qualquer empreendimento que tenha tratamento
209 necessita de outorga para a diluição dos efluentes, porém a resolução indiretamente
210 libera os empreendimentos que se enquadram nela de obter a outorga. A Secretaria do
211 CEHIDRO ponderou que deve ser discutida tanto a questão técnica quanto a questão
212 política, uma vez que o CEHIDRO que trata da política de recursos hídricos e o mesmo
213 sequer foi consultado. A conselheira Alessandra Panizi leu o artigo 15 e colocou que a
214 resolução não esclarece quem irá pagar pela análise das amostras. O conselheiro Luiz
215 Airton colocou que será o empreendedor, complementando que no Mato Grosso o
216 esgoto é canalizado separado das águas pluviais e que a resolução permite que se
217 jogue esgoto na rede de águas pluviais, destacando que isto pode ocasionar a
218 liberação de odores e a contaminação quando ocorrerem enchentes, o que é temerário
219 tanto do ponto de vista da saúde pública quanto da poluição hídrica e do ar. O
220 Secretario Executivo questionou qual o percentual de eficiência dos sistemas de
221 tratamento atualmente, ao que o conselheiro Leopoldo de Castro respondeu que é de
222 95%, destacando que a resolução melhora o que já e feito hoje em dia, esta apenas
223 oficializando o que já ocorre. O conselheiro Luiz Airton ponderou que a projeção do
224 sistema de águas pluviais é feito de acordo com o período de retorno assumido, não
225 considerando este acréscimo de esgoto e ponderando que se adicionando o esgoto se
226 diminui o volume de água de chuva passível de ser escoado pelo sistema. O
227 conselheiro Rodrigo Araujo colocou que esta perceptível que esta resolução é um
228 retrocesso e questionou que encaminhamento será dado porque esta resolução atinge
229 os recursos hídricos e sugeriu que entrássemos em contato com o CONSEMA para
230 solicitar as alterações. A conselheira Lilian Apoitia colocou que é inconcebível que esta
231 resolução seja discutida sem a participação do CEHIDRO, uma vez que existe uma
232 política de recursos hídricos e a outorga implementada no Estado. O conselheiro
233 Nicélio da Silva colocou que existe a possibilidade de suspender a resolução para se
234 ter uma discussão mais ampla, inclusive incluindo o Conselho Estadual de Saúde. O
235 conselheiro Andre Cardoso colocou que o CEHIDRO e o CONSEMA são
236 complementares e que um não deve trabalhar contra o outro, e sugeriu que fosse
237 formado um grupo de trabalho para analisar a resolução e propor as alterações para o
238 CONSEMA, sem se suspender a mesma. O conselheiro Nicélio da Silva sugeriu

239 solicitar a suspensão imediata da resolução e posteriormente formar um grupo de
240 trabalho conjunto entre os Conselhos para analisar a mesma. O conselheiro Rodrigo
241 Araujo colocou que a Secretaria Executiva do CEHIDRO tem o dever de comunicar o
242 Secretario de Meio Ambiente sobre esta questão, uma vez que o mesmo é presidente
243 dos dois conselhos, e pedir para que ele exerça seu direito de suspender a resolução
244 *ad referendum*. O conselheiro Edson Bruemuller ponderou que para se fazer o
245 licenciamento dos empreendimentos que se enquadram nesta resolução existem
246 outros instrumentos, de forma a solucionar os possíveis problemas, ao que o
247 Secretario Executivo complementou que a solução mais correta é criar uma rede para
248 escoar o efluente tratado para o córrego mais próximo. O conselheiro Luiz Airton
249 ponderou que a resolução esta cheia de inconsistência e eivada de vícios. O
250 conselheiro Nicélio da Silva ponderou que se não solicitarmos a suspensão abrimos
251 um precedente para que o CONSEMA discuta questões relacionadas a recursos
252 hídricos sem a participação do CEHIDRO ou dos demais entes do Sistema. O
253 Secretario Executivo colocou em votação, esclarecendo aos conselheiros que as
254 opções de voto seriam pela criação de um grupo de estudo e envio de solicitações de
255 alterações na resolução sem se solicitar a suspensão da mesma ou se solicitar a
256 suspensão da mesma e posteriormente criar um grupo para discutir a mesma, sendo
257 aprovada a solicitação da suspensão e posterior criação de um grupo de trabalho para
258 analise da resolução por onze votos a um. O Secretario Executivo solicitou ao
259 conselheiro Luiz Airton que fizesse uma síntese dos erros encontrados na resolução e
260 encaminhasse para a Secretaria Executiva, com que o conselheiros concordou. O
261 conselheiro Rodrigo Araujo colocou que o conselheiro André Cardoso afirmou que os
262 conselheiros entraram recentemente no CONSEMA e não tem conhecimento técnico
263 para discutir uma questão como esta, destacando que a mesma deve ter sido enviada
264 pronta ao CONSEMA pois se os mesmos não tem competência para discuti-la também
265 não teria para escrevê-la, ao que o conselheiro Leopoldo de Castro colocou que por
266 acaso participou da reunião onde isto foi discutido e estavam presentes diversos
267 empreendedores com interesse na mesma. O conselheiro Nicélio da Silva colocou que
268 o momento é oportuno, pois o problema é antigo mas que novos atores podem ser
269 incorporados para se buscar os encaminhamentos necessários. O Secretario Executivo
270 colocou que por uma questão de prioridade de encaminhamento, será elaborada uma
271 minuta de moção e encaminhada aos conselheiros para que os mesmos deem suas
272 contribuições e será encaminhada ao Secretario, o que foi aprovado pelos conselheiros

presentes. Nada mais a ser dito, o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 11h 42min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pela Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

VICENTE FALCÃO DE ARRUDA FILHO
Presidente do CEHIDRO

LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI
Secretário Executivo do CEHIDRO

** Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 14/11/2012.*

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*